

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 760.387 - SP (2015/0196519-8)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : RICARDO DONIZETTI PATINI**  
**ADVOGADA : CAROLINE HEDWIG NEVES SCHOBENHAUS - DF016587**  
**ADVOGADA : GABRIELA BUENO DOS SANTOS - DF035671**  
**AGRAVADO : DAVI LIMA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : JONATAS DA COSTA COELHO E OUTRO(S) - DF021503**  
**AGRAVADO : VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S A**  
**ADVOGADO : ALEXANDRE TAJRA E OUTRO(S) - SP077624**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto por Ricardo Donizetti Patini em face da seguinte decisão:

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado contra decisão que inadmitiu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base no(s) seguinte(s) fundamento(s): não cabimento de REsp contra norma constitucional, ausência de violação/de negativa de vigência/de contrariedade e súmula 7/STJ.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente o(s) seguinte(s) fundamento(s): não cabimento de REsp contra norma constitucional.

Desse modo, forçosa é a incidência do disposto no art. 544, § 4.º, inciso I, do Código de Processo Civil, segundo o qual não se conhece do agravo que não tenha atacado especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, nos seguintes termos:

*"Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 10 (dez) dias.*

[...]

§ 4º No Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, o julgamento do agravo obedecerá ao disposto no respectivo regimento interno, podendo o relator:

*I - não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou*

que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada." (Grifo nosso).

Ademais, incide, por analogia, o verbete da Súmula n.º 182/STJ, segundo o qual *"é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada"*. Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgRg nos EREsp 1.387.734/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 9/9/2014; e AgRg nos EDcl nos EAREsp 402.929/SC, Corte Especial, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 27/8/2014.

Ante o exposto, com fulcro no art. 544, § 4.º, inciso I, do Código de Processo Civil, c.c. art. 1.º da Resolução STJ n.º 17/2013, NÃO CONHEÇO do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Afirma que o recurso especial não foi interposto por violação a nenhum dispositivo constitucional, razão pela qual não seria necessária a impugnação neste ponto.

Pede o provimento do recurso.

Impugnação de massa falida de Viação Aérea São Paulo S.A. - VASP pela ciência do recorrente por mais de 6 (seis) anos após a alienação e que não há as mencionadas irregularidades formais na arrematação.

Impugnação de Davi Lima Oliveira pela ausência de demonstração das violações apontadas, a atrair o verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Quanto à ausência de impugnação ao fundamento segundo o qual não cabe ao Superior Tribunal de Justiça o exame de norma constitucional, exatamente por essa razão a impugnação é inviável, porquanto o exame de suposta violação a normas daquela índole cabe ao Supremo Tribunal Federal, daí por que não se obstar o conhecimento do agravo em recurso especial que deixa de impugnar o referido fundamento.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA.  
RECONSIDERAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER

CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. RECUSA DE FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR RAZOÁVEL. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. A necessidade de impugnação específica - prevista no art. 932, III, do CPC/2015 e Súmula 182/STJ - não se aplica ao fundamento relativo à violação de norma constitucional, pois se trata de matéria a ser apreciada no recurso extraordinário. Com isso, reconsidera-se a decisão agravada, passando-se a novo exame do recurso.

2. Alegação de ofensa a dispositivo constitucional é matéria própria de recurso extraordinário, sendo incabível sua apreciação em recurso especial, sob pena de usurpação da competência constitucionalmente atribuída ao eg. Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102).

3. É possível que o plano de saúde estabeleça as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de tratamento utilizado, sendo abusiva a negativa de cobertura do procedimento, tratamento, medicamento ou material considerado essencial para sua realização de acordo com o proposto pelo médico. Precedentes.

4. Segundo entendimento do STJ, "a recusa indevida/injustificada do plano de saúde em proceder à cobertura financeira de material essencial ao êxito de procedimento cirúrgico coberto enseja reparação a título de dano moral, por agravar a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do usuário, já combalido pela própria doença" (AgInt no REsp 1.614.203/RJ, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, DJe de 04/09/2017).

5. Somente é possível a revisão do montante da indenização a título de danos morais nas hipóteses em que o quantum fixado na origem for exorbitante ou irrisório, o que, no entanto, não ocorreu no caso em exame. A indenização, arbitrada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), não é exorbitante nem desproporcional aos danos sofridos pela agravada, que teve negado indevidamente o fornecimento de material essencial à realização de procedimento cirúrgico.

6. Agravo interno provido para conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial.

(AgInt no AREsp 1461497/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13/8/2019, DJe 27/8/2019)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Desta feita, a decisão agravada há de ser reconsiderada, pelo que passo ao exame do agravo em recurso especial.

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

Apelação. Apelação. Falência. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Venda de imóvel arrecadado na falência. Nulidades não configuradas. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, ora reproduzidos (art. 252 do RITJSP). Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 698, 658, 694 e 703 do revogado Código de Processo Civil, sob o argumento de que o recorrente deveria ter sido notificado da alienação pública do imóvel, que a alienação deveria ocorrer no foro da coisa e por carta precatória e que a carta de arrematação não foi assinada pelo juiz e nem juntada aos autos em que se deu.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Quanto à notificação da praça e o foro em que alienado o bem, o Tribunal local consignou que "o leilão em hasta pública atendeu a todas as exigências do art. 142 da Lei 11.101/05 e do art. 698 do Código de Processo Civil, com publicação de editais em jornais de grande circulação, tanto no foro de realização da praça (São Paulo), como no foro da situação do referido imóvel, conforme fls. 480/489.

Da mesma forma, o imóvel foi leiloadado no foro por onde corre a falência da requerida, tendo em vista a natureza universal do Juízo Falimentar, conforme inteligência da Lei 11.101/05, devendo ser afastada essa alegação do autor" (e-STJ, fl. 743).

O recorrente foi, como se vê, cientificado nos termos da lei de regência da matéria, sendo certo que, mesmo na revogada Lei de Falências, a competência para a disposição dos bens da falida era do juízo universal, assim como na vigente lei.

A propósito:

COMERCIAL. FALÊNCIA. PRAÇA. Os bens arrecadados pelo síndico da massa falida estão sujeitos à jurisdição do juiz da falência;

nenhum outro pode designar praça para a alienação dos aludidos bens sem invadir a competência daquele. Caso em que o ato de arrecadação foi registrado no Ofício Imobiliário. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 877.672/RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/11/2006, DJ 18/12/2006, p. 398)

Decidiu-se, por fim, que, "quanto às alegadas irregularidades formais da carta de arrematação, conforme bem apontado pelas litisconsortes e pelo representante do Ministério Público, não têm o condão de causar a nulidade do ato, uma vez que podem ser corrigidas a qualquer tempo sem prejuízo do ato de arrematação praticado.

Vale ressaltar, inclusive, que tais atos já foram regularizados, estando a carta de arrematação perfeitamente em ordem, estando o ato finalizado e perfeito" (e-STJ, fl. 744).

O fundamento segundo o qual os vícios apontados pelo agravante são meras irregularidades sanáveis e que, no caso concreto, foram efetivamente sanadas não foi impugnado, a atrair a incidência do verbete n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Diante do exposto, reconsidero a decisão agravada para conhecer e negar provimento ao agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora